



eu_andremessias

➤ System Of A Down · Chop Suey!



18



eu_andremessias O trabalho árduo sempre recompensa aos bons! Satisfação demais conhecer o [@renansantosmbi](#)

Obrigado pela oportunidade de participar da conversa [@okaiguimaraes](#)

Ainda ganhei presentes hahahahahaahh...
Foi muito foda! 🍻



renansantoesmbi



Estamos em uma grande Missão 🐆 por
Minas Gerais

@renansantoesmbi
@pedroalencar
@patrickalencar
@gabrielal

Tmj presidente! 🐆

ESTRATÉGIA?

Kaio Guimarães apresenta pauta ideológica para escapar de polêmica negativa

Projeto do vereador visa proibir o que a Constituição já proíbe, mas com "ares de censura", como afirmou leitor à reportagem

Nos últimos dias, vem sendo polarizada uma mudança na Câmara de Itaúna (que se orgulha do título de Cidade Educativa), retirando a necessidade de formação em nível superior para cargos comissionados naquela Casa. Como existem denúncias de que a alteração aconteceu a partir de "negociações" para a eleição da Mesa da Câmara, o assunto polarizou. E a participação de Kaio Guimarães nesta polêmica se dá porque, em 2021, ele conseguiu emplacar uma emenda que garantia ensino em nível superior para a ocupação do cargo de Chefe da Comunicação. Agora, por sua indicação, um candidato a vereador derrotado por Betim, indicado por ele, Kaio, assumiu o cargo e a lei foi mudada com o seu apoio.

E como dizem pela cidade, "pegou mal essa postura do Kaio". Parece que ele vota conforme os seus interesses pessoais, apontam os críticos. É, para fugir dessa polêmica, conforme seus adversários de opinião, Kaio Guimarães deu entrada com um projeto de pauta ideológica, como é comum ocorrer com os políticos da extrema direita quando estão acusados, lembraram.

Explicando melhor a questão colocada por leitores: Kaio Guimarães teria, conforme denúncias publicadas no Jornal Sapo, indicado o nome do Chefe de Comunicação, em uma possível troca de favores (e de voto). E como o indicado do vereador, de nome André

Messias Silva Lisboa, da cidade de Betim – candidato derrotado a vereador naquele município, pelo mesmo partido de Kaio, o Mobiliza – não possui formação na área, Kaio Guimarães teria mudado de opinião e votado favorável à retirada da exigência de nível superior de formação para a ocupação do cargo.

O problema é que, em 2021 o edil Kaio Guimarães conseguiu emplacar uma emenda a um projeto na Câmara exigindo o nível superior para a ocupação exatamente do cargo de Chefe de Comunicação. Porém, agora, como ele teria indicado – nas "negociações" para a eleição da Mesa da Câmara – a pessoa que ocupa o cargo e que não tem formação além do ensino médio, ele votou favorável à mudança, diferente do que

apregoiava em 2021, poucos anos atrás.

E o que um projeto tem a ver com o outro?

Simples: como as pessoas estão questionando a mudança de posição do vereador, quando essa mudança é para favorecer a ele mesmo, a ideia teria sido lançar um projeto de "pauta ideológica", como assim são chamados os projetos com temas que apelam para a religiosidade, para a questão familiar, e que, como se sabe, têm muito apelo junto à opinião pública.

É, para "mudar o foco", como disseram. Kaio Guimarães apresentou um projeto proibindo "apologia ao crime e ao uso de drogas em eventos públicos para menores". Só que a apologia ao crime e ao uso de drogas (ilícitas) já é proibida pela Constituição Brasileira. E não é só para menores, mas para qualquer idade. Assim, o projeto estaria repetindo o que já é lei, e de uma lei maior.

Em relação à apologia ao crime (sem restrição de idade), está previsto também no Código Penal Brasileiro, conforme o artigo 247: "Parece, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime. Pena: detenção, de três a seis meses, ou multa". O que precisa, e aí não é caso de vereador, mas de deputado federal, é aumentar



a pena, pois é muito branda, conforme apontam os críticos. Assim, na opinião de cidadãos itaúnaenses, a proposta do vereador Kaio Guimarães de proibir uma situação que já é proibida pela Constituição Federal (Lei maior da Nação), e até pelo Código Penal Brasileiro, é no sentido de mudar o foco da polêmica. Afirmam que "pegou mal" a postura dele em relação à exigência de formação para ocupar cargos comissionados na Câmara e depois indicar uma pessoa com ensino em nível médio para ocupar um cargo que ele cobrava, há apenas quatro anos, que tinha de ser exigido formação em nível superior de ensino.

Conforme os observadores, ninguém é contra a fiscalização em relação aos shows e atos públicos em que se faz apologia a crimes e a drogas ilícitas. É preciso cobrar mais fiscalização, sim, mas propor uma lei que repete o que já se proíbe em uma lei maior é apenas para causar controvérsia e mudar o foco do debate.

E lembram a questão da proposta do vereador sobre "banheiros unisex", que "não levou a nada e serviu apenas para colocar o nome dele na mídia", como disse um cidadão que acompanha as reuniões da Câmara. "É isso o que ele busca, com essa nova proposta: aparecer. E, agora, quer mudar

o foco, porque a sua postura de interesse pessoal, para conseguir a nomeação de um vereador derrotado em Betim e que é seu amigo, pegou muito mal junto a população que acompanha o debate político", disse um político itaúnaense à reportagem.

E, concluindo as críticas sobre a proposta do vereador, um político da ala da direita na cidade, a mesma a que pertence Kaio Guimarães, fez o seguinte comentário: "Essa proposta pode ser vista como censura à liberdade de expressão. Exatamente uma pauta que nós, da Direita, defendemos tanto. Faltou pouco colocar o nome dos artistas que não podem ser contrariados...". É completo que o projeto do vereador é "incômodo, pois vai depender de a administração ter permissão para fiscalizar. Ou se tornaria uma chance de perseguição a determinados grupos. Se você não gosta de um tipo de música, faz uma denúncia e cria uma polêmica...".

Um outro político, este mais ligado à esquerda, consultado pela reportagem, disse que "o Kaio está propondo para os shows o que deveria ser gerir. Já imaginou punir todo mundo que faz apologia à ditadura e aos crimes praticados por ela? Não ia ter cadeia suficiente para tanto 'cáddido de bem', ironizou.

GRIFE

SESI inicia campanha de vacinação nas empresas

Com o resultado confirmado de que, em período de mais ocorrências de casos de gripe, a vacinação nas empresas reduz em 60% a procura dos trabalhadores por atendimento médico e que 98% deles aprovam a ação de imunização nas empresas, o SESI Vida iniciou a Campanha de Vacinação de 2025. O SESI Vida, que é referência em soluções de segurança, produtividade e bem-estar para os trabalhadores, como destaca divulgação da FIEMG, iniciou a campanha na segunda-feira, dia 27. O objetivo, conforme a divulgação, é "conscientizar empresas de todos os portes sobre a importância de vacinar seus trabalhadores contra a gripe e, além de protegê-los, contribuir para o aumento da produtividade no ambiente de trabalho".

A campanha tem foco nos departamentos de Recursos Humanos das empresas, responsáveis pela decisão sobre a aquisição das vacinas, conforme a assessoria da FIEMG. São oferecidas vacinas quadrivalentes e trivalentes, com o SESI Vida tendo estabelecido como meta a aplicação de 80 mil doses, alcançando trabalhadores e seus dependentes em todo o estado de Minas Gerais. Informa ainda a divulgação

que a campanha é realizada por meio de vacinação "in company", ou seja, nas dependências das empresas participantes ou em clínicas credenciadas, facilitando o acesso dos colaboradores. A capilaridade do SESI Vida garante que a ação atenda praticamente todas as cidades de Minas Gerais e, em parceria com outras unidades do SESI, é possível atender empresas com menor demanda de vacinas por meio de contratos do tipo "Base Nacional".

As vacinas são comercializadas pelo SESI Vida com preços competitivos e qualidade no serviço prestado, reconhecido pela contabilidade e eficiência no processo de imunização. As empresas participantes recebem material informativo sobre a importância da vacinação, reforçando a relevância da prevenção das complicações causadas pela gripe e seu impacto no cotidiano da empresa e dos trabalhadores. Acesse o link abaixo para saber todos os detalhes da campanha e como realizar a adesão. Neste ano, a campanha será realizada entre os dias 27 de janeiro a 21 de fevereiro. Mais informações podem ser obtidas nas unidades locais do SESI ou pelo site www.fiemg.com.br/sesi-vida/.

Sítio Recanto das Palmeiras

Ambiente familiar, ideal para lazer e descanso.



Contato (37) 99984-2728 Andressa

Diferencial:

Deserto da cidade (Bairro Garcia, próximo à Igreja, sem indústria e sem estrada de chão)

Pacote promocional Segunda a Quinta: R\$ 1.250,00

Final de semana: Sexta a Domingo R\$ 1.850,00

- Amplia área verde
- Espaço Kids para crianças até 7 anos* (1 playground 2,4m, 1 playground médio, 3 playgrounds de plástico)
- Área gourmet com Fogão a lenha / Churrasqueira
- Piscina
- Acumulação para 12 pessoas
- Suite com banheiro
- Portão eletrônico
- Wi-Fi

veis no site stellantis. empregare. com. Há ainda 500 vagas para a unidade de Porto Real (RJ). Em coletiva à imprensa, o presidente da Stellantis para a América do Sul, Emanuele

continente. "Estamos dando continuidade ao ciclo virtuoso que iniciamos nos últimos anos no Brasil e na América do Sul. Em 2024, alcançamos diferentes recordes de vendas, produção,

exportação e consolidamos a liderança absoluta do mercado sul-americano. Com um futuro promissor para os próximos anos, em que teremos disponível

os R\$ 52 bilhões em investimentos, receberemos com satisfação os novos empregados que passarão a integrar o nosso time," enfatizou.

A discussão de três temas relevantes para o município: a concessão de uso de imóvel público à Federação Mineira de Tênis, incluindo o planejamento do projeto para a utili-

de cada região, representantes de entidades e toda a população. A audiência pública foi marcada para o dia 05 de fevereiro, às 17h, no plenário da Câmara.

Página 6

JORNAL S'PASSO

Sábado, 01 de fevereiro de 2025

"CORTINA DE FUMAÇA"

Vereador protocola projeto "Anti Oruam", após polêmica sobre a contratação de indicado para comunicação da Câmara

Nesta semana, o vereador Kaio Guimarães (Mobiliza) protocolou um Projeto de Lei apelidado de "Anti-Oruam", com o objetivo de impedir o uso de recursos públicos para financiar shows de artistas que promovam apologia ao crime organizado ou ao uso de drogas.

O nome do projeto faz referência ao rapper carioca Oruam, filho de Marcinho VP, apontado como líder do Comando Vermelho. A iniciativa é inspirada em um texto apresentado pela vereadora Amanda Vitorozzo (União-SP) na Câmara Municipal de São Paulo, que busca vetar a contratação de artistas para eventos infanto-juvenis com conteúdo considerado inadequado.

O protocolo do projeto ocorre logo após uma grande discussão, que tem causado perplexidade entre os cidadãos: a mudança nas regras da Câmara Municipal que retirou a exigência de diploma de nível superior para os cargos comissionados. O assunto ganhou força após surgirem denúncias de que a alteração teria sido motivada por acordos políticos para garantir votos durante a



eleição da Mesa Diretora. No centro dessa polêmica está o nome do vereador Kaio Guimarães, que parece ter mudado de posição sobre um tema que ele mesmo havia defendido em 2021, o que gerou ainda mais questionamentos sobre suas intenções.

Vale lembrar que, em 2021, o vereador Kaio Guimarães conseguiu aprovar uma emenda que exigia formação superior para o cargo de Chefe de Comunicação na Câmara. A decisão foi vista como uma medida para garantir competência e qualificação para a

função. No entanto, agora, o mesmo vereador apoiou a mudança dessa exigência, justamente para permitir a nomeação de um aliado seu para o cargo: um ex-candidato a vereador dem Betim, André Messias Silva Lisboa. O problema é que André

supostamente não possui formação superior, mas foi indicado por Kaio para ocupar o cargo. O fato de Kaio Guimarães ter mudado sua posição sobre a necessidade de um diploma superior, depois de ter defendido o contrário, gerou forte reação entre alguns integrantes do grupo político "Conservadores Cristãos". Para os críticos, a mudança de postura sugere que Kaio está agindo em seu próprio benefício pessoal, em vez de priorizar o interesse coletivo.

a protocolização do PL, "foi feita para servir como uma cortina de fumaça e desviar a atenção dessa polêmica dos últimos dias".

A medida proposta pelo parlamentar também não é novidade, já que a Constituição Brasileira e o Código Penal já preveem a proibição da apologia ao crime e ao uso de drogas ilícitas em qualquer circunstância, sem limitações de idade.

Além de vereadores, a internet reagiu, e vários internautas acreditam que a proposta de Kaio foi uma tentativa de mudar o foco da discussão, evitando os questionamentos sobre sua própria postura. Para eles, essa atitude é vista como uma estratégia para desviar a atenção da polêmica sobre a alteração na exigência de formação superior para os cargos comissionados na Câmara.

"Cortina de fumaça"

Alguns vereadores consideram o Projeto de Lei audacioso e sem efetividade para um município de pouco mais de 100 mil habitantes. Outros consideram o projeto S'Passo que

22 h
Pra nossa cidade tem tanta coisa pra preocupar, e isso não é nem relevante, é apenas uma modinha sobre o que a mídia está falando agora.

1 Gosto Responder

22 h
O projeto inconstitucional e totalmente fora da realidade! Justificativa de proteção de adolescente não vai colar, quem tem o dever de primeiro proteger são os pais (que decidem ou não deixarem ir), a obrigação do contratante do show é determinar a idade de entrada e FISCALIZAR! Mas é melhor fugir da realidade (políticos que mantêm o crime organizado) do que melhorar a segurança pública para que seja feita uma INVESTIGAÇÃO DIGNA E TRANSPARENTE e sem favorecimento no crime organizado e em outros crimes também.

22 h
O vereador Kaio além de propor algo inaudível, ele achou ruim o questionamento da população em meio público e foi rude com uma galera que queria apenas debate ... no mais sig o meu opinião sobre pq ele nunca ganharia para prefeito que falei com você na sua loja ano passado ... Eh sobre isso ...

3 Gostos Responder

23 h
Projeto do Kaio o mais idiota possível, está copiando esse projeto por causa da treta do curso Superior! Que ele era contra e agora é favorável! Kkkk demagogol

9 Gostos Responder

Se aprovado, Prefeitura terá que cancelar a maioria dos eventos, como o Carnaval

De acordo com o texto do projeto, conhecido como "Lei Anti-Oruam", a Administração Pública Municipal, tanto direta quanto indireta, não poderá contratar artistas ou realizar eventos que promovam comportamentos que incentivem a criminalidade ou o consumo de substâncias ilícitas. A proposta também inclui a obrigação de que, nos contratos com artistas e organizadores de eventos, seja incluída uma cláusula que proíba a apologia ao crime e às drogas.

A sanção para o descumprimento dessa cláusula é rigorosa: o contrato será imediatamente rescindido, e o contratado será multado em 100% do valor do contrato, com a multa sendo destinada ao Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de Itaboraí.

O projeto também permite que qualquer pessoa, entidade ou órgão da Administração Pública denuncie o descumprimento da lei por meio da Ouvidoria Municipal. As sanções podem ser aplicadas a patrocinadores, apoiadores ou divulgadores do evento, caso se comprove envolvimento com a apologia ao crime ou drogas.

O vereador Kaio Guimarães, autor da proposta, destacou em sua justificativa que "a medida visa proteger a sociedade, especialmente os jovens, de influências prejudiciais".

Há quem acredite que o projeto

de Kaio poderia ser interpretado como uma forma de censura à liberdade de expressão, algo que vai contra os princípios que muitos políticos da direita, como o próprio Kaio, afirmam defender. O argumento de que a medida pode ser usada de maneira arbitrária, com base em gostos pessoais, criando um ambiente de perseguição ideológica.

"Projeto pode mear seu carnaval"

O vereador de direita Guilherme Rocha (Novo) utilizou as redes sociais para explicar o projeto de Kaio Guimarães e informar o que pode ocorrer caso ele seja aprovado. Guilherme afirmou que, se esse projeto fosse aprovado no ano passado, o cantor Marcelo Falção, um dos contratados no último Festival de Inverno, não poderia se apresentar. Segundo essa lógica, cantores de pagode também não poderiam, pois fazem apologia ao uso de álcool. Além disso, cantores sertanejos também não poderiam ser contratados, pois fazem apologia à tração e ao sexo.

"No fim, a gente vê que o que vai sobrar será apenas o Gospel. Então, se esse projeto for aprovado, seu carnaval vai ser Gospel. A Lei em São Paulo faz todo sentido, mas em Itaboraí é um desperdício de tempo legislar coisas que não cabem a nós. Se é para cortar,

vamos cortar tudo, não gastar nenhum real com artistas, vamos deixar para a iniciativa privada", criticou Guilherme.

Ao fim do vídeo, Guilherme questionou em suas redes o que os internautas achavam sobre a proposta: "Você prefere que corte tudo, a prefeitura não faça nenhum show? Quêos vereadores não se envolvam com isso? Ou você concorda com o vereador Kaio, proibindo apenas alguns com esse tipo de apologia?". É as respostas vieram. Diversos internautas criticaram o projeto, mas os comentários que mais chamaram a atenção vieram de uma advogada, filha de um pastor da cidade e também de um dos comitês de chapá de Kaio Guimarães.

Em seu comentário na publicação de Guilherme Rocha, a advogada Amanda Moura concluiu que o projeto, além de ser inconstitucional, é totalmente fora da realidade: "A justificativa de proteção de adolescentes não vai colar. Quem tem o dever de primeiro proteger são os pais (que decidem ou não deixarem ir). A obrigação do contratante do show é determinar a idade de entrada e fiscalizar. Mas é melhor fugir da realidade (políticos que mantêm o crime organizado) do que melhorar a segurança pública para que seja feita uma investigação digna e transparente, sem favoreci-

mento no crime organizado e em outros crimes também".

Já Victor Teles, suplente na chapada partido Mobiliza de Kaio Guimarães, pontuou que a Lei 11.343/06 estabelece pena de um a três anos de prisão para quem induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga. Já o Código Penal prevê detenção de três a seis meses para quem fazer publicamente apologia a fato criminoso ou a autor de crime.

"Se fiscalizar o que já existe. Não precisa inventar moda", criticou. Já Danny Chinasso, filha do pastor Itamar Chinasso, filha da Igreja Batista Central, disse ser a favor de cortar tudo, inclusive o gospel. "Nós, como igreja, não precisamos de dinheiro para fazer eventos, nosso dever é ajudar a comunidade... e eu sou filha de pastor, não precisamos de nada disso. O vereador citado deveria estar procurando fazer coisas úteis para a cidade e não em surfar a onda da direita", disse a jovem, informando ainda ser de direita.

Outras críticas surgiram em relação ao fato de Kaio querer tratar de temas específicos para sua bolha política, cercando o direito da maioria. "Temas como a situação da saúde no município e também na educação não estão sendo debatidos. Tem questões mais importantes para se preocupar, vereador", pontuou outro internauta.

Retrocesso: critérios de nomeação na Câmara mudam com fim da obrigatoriedade de curso superior para diversos cargos

Projeto de autoria do presidente Antônio de Miranda, o Toinzinho do Sô João, vai garantir a colocação de apadrinhados em vários cargos em comissão

Nesta semana, foi aprovado o Projeto de Resolução Nº 02/2025, que modifica o Anexo V da Resolução 40/2021, alterando as exigências mínimas para a contratação de chefes e gerentes em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da Câmara.

A Resolução 40/2021, que instituiu o Estatuto do Servidor do Legislativo, foi elaborada com base em recomendações do Ministério Público por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta. Ela previa que os postulantes a cargos de chefia ou gerência deveriam ter, no mínimo, ensino médio completo, enquanto o cargo de chefe de Comunicação exigia curso superior em qualquer área.

Entretanto, a alteração proposta pelo atual presidente da Câmara, Antônio de Miranda, conhecido como Toinzinho do Sô João, modifica esses critérios. Agora, o cargo de chefe de Comunicação não exige mais o ensino superior, apenas

o ensino médio completo, sendo o ensino superior apenas "desejável". Para os demais cargos de chefia e gerência, também foi adicionada a palavra "desejável" em relação à formação superior, o que torna essa qualificação opcional, não obrigatória.

O vereador Guilherme Rocha (NOVO) solicitou vistas ao projeto para uma análise mais detalhada, alegando que a proposta foi encaminhada aos gabinetes na terça-feira, 14, dia da reunião ordinária, o que descumpriria o Regimento Interno que determina o envio de projetos aos parlamentares com 24 horas de antecedência. Apesar do pedido, 10 vereadores votaram contra o pedido de vistas, permitindo a votação do projeto.

O projeto foi aprovado com 10 votos favoráveis dos vereadores: Gustavo Barbosa, Mônica Cristina, Rosineide, Beto do Bandidinho, Toinzinho, Kaio Guimarães, Israel Lúcio, Gior-dane Alberto, Dalmino e Léo



Abes. Quatro vereadores foram contrários: Guilherme Rocha, Wanderson da Usina, Da Luz e Lacimar "O Três". Carol Faria e Alexandre Campos optaram

pelá abstenção e Toinzinho não votou. Guilherme Rocha justificou seu voto contrário afirmando que a medida vai contra os prin-

cípios defendidos por seu partido, que priorizam a ocupação de cargos públicos por profissionais com qualificação técnica. "Este projeto reduz exi-

gências em cargos técnicos, tornando-os políticos. Se a proposta ampliasse as especificações técnicas, meu voto seria favorável", destacou.

Por sua vez, Alexandre Campos (MDB) argumentou que sua abstenção se deu pela falta de tempo hábil para analisar o projeto adequadamente. Ele afirmou acreditar que a proposta traz pontos positivos e negativos, mas criticou a pressa na votação. "No fim, queremos que a integridade seja um valor predominante", concluiu.

O presidente Toinzinho do Sô João afirmou respeitar as divergências manifestadas pelos parlamentares e destacou que as alterações visam atender às necessidades da mesa diretora. Ele também declarou que, caso haja recomendações do Ministério Público sobre as mudanças, está disposto a acatá-las. A Resolução 40/2021 foi muito bem elaborada, mas ajustes eram necessários para atender às demandas atuais", concluiu.

Toinzinho pode ser acusado de trocar votos por cargos para ser candidato único na eleição da Mesa Diretora

Denúncia feita ao Jornal S'Passo considera que o parlamentar nomeou pessoas indicadas por vereadores para cargos em comissão na Câmara

A corrupção política é definida por Cálid Simão como o "uso do poder público para proveito, promoção ou prestígio particular, em benefício de um grupo ou classe, de forma que constitua violação da lei ou de padrões de elevada conduta moral". Infelizmente, essa prática parece estar ganhando espaço na cidade logo no início do atual mandato legislativo, o que contraz diretamente os princípios do Programa de Integridade da Câmara, lançado em dezembro passado para promover transparência e combater irregularidades no poder público.

Esta semana, uma fonte ligada ao Jornal S'Passo denunciou possíveis práticas de corrupção passiva na Câmara Municipal. Segundo a denúncia, o presidente da Casa, Antônio de Miranda, conhecido como Toinzinho do Sô João, teria nomeado aliados políticos de vereadores

para cargos de chefia, em troca de apoio para a formação de uma chapa única na eleição da mesa diretora.

A fonte revelou que o acordo inicial previa que os cargos fossem ocupados por profissionais técnicos, aprovados após sabatina dos vereadores. Contudo, o acordo teria sido descumprido, com as nomeações sendo feitas exclusivamente por critérios políticos, o que gerou insatisfação entre parlamentares novatos.

"Aos amigos do rei tudo"

Conforme apurado, os novos ocupantes dos cargos de chefia teriam sido indicados por um grupo de oito vereadores. Entre as nomeações citadas estão Gustavo Barbosa, responsável pela indicação no setor de compras; Mônica Cristina, no jurídico; Beto do Bandidinho, no setor de RH;

Tidinho, no patrimônio; e Carol Faria e Léo Abes, na assessoria do CAC. Já as gerências foram apontadas como indicações de Gior-dane Alberto, enquanto o cargo de Chefe de Comunicação teria sido preenchido por indicação de Kaio Guimarães.

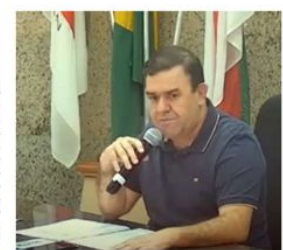
Mudança de opinião?

O cenário político ganhou novos contornos de polêmica após o vereador Toinzinho propor uma modificação no Projeto de Resolução 40/2021. A proposta flexibiliza as exigências para nomeação de chefes e gerentes, permitindo indicações sem a necessidade de diploma superior. De acordo com as denúncias encaminhadas ao Jornal, essa mudança teria sido planejada para beneficiar um indicado de Kaio Guimarães, vindo de Betim, que não possuía formação acadêmica para o

cargo. Antes de favor da formação superior, agora não mais.

O detalhe intrigante é que, durante a votação do projeto original em 2021, o próprio vereador Kaio Guimarães apresentou quatro emendas solicitando a obrigatoriedade de diploma superior para os cargos de gerência e chefia — incluindo as áreas de Compras e Comunicação. No entanto, três dessas emendas foram rejeitadas na época devido à maioria dos vereadores serem da base de apoio do presidente à época, Alexandre Campos.

Curiosamente, a única emenda aprovada foi a que estabelecia a exigência de diploma para a Chefia de Comunicação, o que hoje, em uma reviravolta, foi alterado para permitir indicações que atendam ao interesse do próprio vereador Kaio.



Outro personagem envolvido é o vereador Gustavo Barbosa, atual vice-presidente da mesa. Ele, que em 2021 apoiou fervorosamente as emendas de Kaio pela obrigatoriedade de diploma, agora adota postura contrária, alinhando-se ao presidente Toinzinho.

O denunciante afirma que está reunindo documentos e planeja encaminhar o caso ao Ministério Público. Caso as irregularidades sejam comprovadas, os envolvidos poderão ser responsabilizados por práticas como corrupção passiva e outras ações ilícitas.

JÁ ESTÁ EM NOSSO GRUPO DE NOTÍCIAS NO WHATSAPP?
Acesse agora e fique por dentro de todas as notícias em primeira mão.

Clique aqui!

JORNAL **s'passo**

